



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2025

Dispõe sobre a atualização do Piso Salarial do Magistério e reajuste dos vencimentos dos Profissionais da Rede Pública de Ensino do Município de Alegre, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar promove a atualização dos valores pagos aos profissionais da Rede de Ensino Municipal em razão do disposto na Lei Municipal nº 3.851, de 09 de abril de 2024, que inseriu a tabela de vencimentos constante do Anexo I-A à Lei Municipal nº 3.049, de 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a atualizar o piso remuneratório dos cargos dos Profissionais do Magistério, em docência, em **6,27% (seis inteiros e vinte e sete centésimos por cento)**, conforme Portaria Interministerial MEC/MF nº 13, de 23 de dezembro de 2024, que trata do Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública para o exercício de 2025.

Parágrafo único. Em virtude da atualização mencionada no *caput*, altera-se também as disposições constantes no Anexo I-A da Lei Municipal nº 3.049, de 2009, nos termos do Anexo Único da presente Lei Complementar.

Art. 3º O art. 38 da Lei Municipal nº 3.049, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38. A Tabela de Vencimentos, constante no Anexo I, observará o percentual de 10% (dez por cento) entre as classes (verticalmente) e 3% (três por cento) nas referências (horizontalmente).”

Parágrafo único. A Tabela de Vencimentos, constante no Anexo I-A, observará o percentual de 6% (seis por cento) entre as classes (verticalmente) e 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) nas referências (horizontalmente).” (NR)

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder, se necessário, a suplementação de recursos, a abertura de crédito adicional, assim como alterações nas leis relativas aos instrumentos de planejamento orçamentário.



PREFEITURA DE
ALEGRE
www.alegre.es.gov.br



SEAD
Secretaria Executiva de Administração

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2025.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, o art. 1º da Lei Municipal nº 3.851, de 2024.

Alegre/ES, 24 de março de 2025.


NEMROD EMERICK - "NIRRÔ"
Prefeito Municipal de Alegre